

A REVOLUÇÃO SEXUAL E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Elaine Torres Pereira dos Santos (IC) e Angela Zamora Cilento de Rezende (Orientadora)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender os impactos causados pela revolução sexual, subsequente à invenção da pílula e à emancipação feminina, até nossos dias. Tendo em vista a importância desses fatores que norteiam nossa vida em sociedade, este trabalho intenciona interferir de forma elucidativa no processo a que estamos submetidos. Para tanto, nesta pesquisa exploratória, foram utilizados estudos de historiadores, cientistas políticos, filósofos e psicanalistas, quais sejam, Engels, Freud, Marcuse, Locke, Millet, Gikovate, entre outros, para traçar a relação entre os gêneros masculino e feminino na cultura ocidental, de modo a entendermos os motivos que levaram à libertação sexual e à resultante decomposição dos imperativos da sociedade patriarcal. A pretensão da livre expressão da sexualidade humana trouxe consigo desdobramentos políticos, igualitários e libertários, especialmente em decorrência da emancipação feminina contra os ditames opressivos presentes no casamento monogâmico, que abarcava regras externas impostas à vida íntima dos casais. Por outro lado, interessa compreender se as mudanças pretendidas foram alcançadas e quais os desafios com que se depararam os indivíduos, especialmente as mulheres, durante este percurso que subverteu o modelo de comportamento tradicional concernente à sexualidade humana e aos relacionamentos interpessoais.

Palavras-chave: Revolução Sexual. Gênero. Pílula Anticoncepcional.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand the impacts caused by the sexual revolution, following the invention of the birth control pill and female emancipation, to this day. Given the importance of these factors that guide our life in society, this paper intends to interfere informative way in the process to which we are subjected. To this end, this exploratory research, historians studies were used, political scientists, philosophers and psychoanalysts, namely, Engels, Freud, Marcuse, Locke, Millet, Gikovate, among others, to trace the relationship between males and females in western culture, in order to understand the reasons which led to sexual liberation and the resulting decomposition of the imperatives of the patriarchal society. The pretense of free expression of human sexuality brought with political developments, egalitarian and libertarian, especially as a result of women's emancipation against the oppressive dictates present in monogamous marriage, which covered external rules imposed on the private life of couples. On the other hand, interested to understand whether the desired changes have been achieved and what challenges they faced individuals, especially women, during this journey that subverted the traditional role model regarding human sexuality and interpersonal relationships.

Keywords: Sexual Revolution. Gender. Birth Control Pill.

INTRODUÇÃO

O termo "revolução sexual", empregado a partir do século XX, principalmente após as duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), explica a mudança de perspectivas sociosexuais que desafiaram o modelo de comportamento tradicional concernente à sexualidade humana e aos relacionamentos interpessoais. Com o intuito de investigar esse processo socio-histórico da relação entre o homem e a mulher, pautada pelo casamento monogâmico, apresentaremos as diversas mazelas que se abateram sobre o sexo feminino. Conforme relataremos, a dominação do sexo masculino perpetrada sobre o sexo feminino na sociedade patriarcal não era o destino irrevogável das mulheres como se fazia acreditar, mas assim foi delineada com vistas a fins reprodutivos e econômicos.

A emancipação feminina significou imediatamente a decomposição do predomínio da sociedade patriarcal. A possibilidade de trabalhar e estudar, entre outras conquistas de cidadania, retirou da mulher o peso obrigatório de preparar-se desde a infância exclusivamente para a vida no lar, o que redundava na perda de sua integralidade ao se ver obrigada numa aliança matrimonial injusta, muitas vezes feita por conveniência, não por amor. Assim, identificaremos que a idiosincrasia do casamento monogâmico produziu práticas contestáveis como a prostituição e o adultério, além de barbáries contra a figura feminina no decorrer da história ocidental.

Com a invenção da pílula, o sexo desvinculou-se totalmente da reprodução e a mulher deu um grande passo em direção à sua própria emancipação. Nesse sentido, os estudos da psicanálise corroboraram sobremaneira para avaliarmos o papel concernente à revolução sexual, que veio a determinar mudanças bruscas na vida íntima dos casais e, conseqüentemente, na ordem social até nossa atualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

I – Os aspectos de gênero na sociedade ocidental

Desde os primórdios da sociedade ocidental, conforme será relatado a seguir, a relação entre o homem e a mulher é pautada pelo desenvolvimento de determinadas funções induzidas no ambiente familiar desde a infância. Assim, o provimento do lar caberia ao homem, o patriarca que dispõe da força produtiva capaz de suprir as necessidades da família nos âmbitos reprodutivo, social e econômico. Por outro lado, no mundo interior das famílias, os cuidados com os afazeres domésticos e com os filhos, além da satisfação sexual do homem competiriam à mulher em seu exercício fortemente ligado à figura ideal materna de procriação, amor e virtude. As cientistas políticas brasileiras, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, elucidam que a relação de poder entre os sexos verificada em algumas

sociedades tribais designava às mulheres espaço de atuação semelhante ao dos homens, não havendo, em muitas delas, divisão estrita entre economia doméstica e economia social, o que desmistifica a ideia de que a mulher esteja fadada a um destino irrevogável, a-histórico e universal de submissão (ALVES; PITANGUY, 1991, p.15-17)

Na mesma direção, o filósofo alemão, Frederick Engels (2002), em sua obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", nos mostra que a dominação do sexo feminino pelo masculino não encontra legitimação histórica. Para tal fim, ele apresenta uma prospecção das três épocas principais da pré-história da humanidade, quais sejam, o estado selvagem, a barbárie e a civilização, subdividindo cada uma delas em fases inferior, média e superior, com o intuito de traçar o desenvolvimento da família paralelamente aos progressos do domínio da natureza pelo homem obtidos na produção de meios de existência. A análise materialista do processo civilizatório efetuada por Engels tem por base o estudo de campo, sobre um grupo de nativos norte-americanos, realizado pelo antropólogo Lewis Henry Morgan, descrito no livro "A Sociedade Antiga", que serve de reflexão para tratar da transição do matriarcalismo ao patriarcalismo relacionado ao prelúdio da propriedade privada e seu cotejamento com a fundação do Estado. Corolariamente, o filósofo ressalta:

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre, como também muito considerada (ENGELS, 2002, p.11).

O nascimento da família monogâmica, segundo Engels (2002), acontece no período de transição entre a fase média e a fase superior da barbárie e se caracteriza pelo predomínio do homem. A finalidade expressa da monogamia é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível, tendo em vista que os herdeiros diretos terão a posse dos bens de seu pai. Tal formação familiar é marcada por uma forte solidez dos laços conjugais, pois o rompimento não se dá por vontade de qualquer das partes. Como regra, somente o homem pode romper e repudiar sua mulher. O direito outorgado expressamente pelo "Código de Napoleão", que concede ao homem a possibilidade de ser infiel no matrimônio, é exercido amplamente à medida em que se processa a evolução da sociedade. Nesse cenário, caso a mulher ouse recordar antigas práticas sexuais e renová-las, será castigada mais rigorosamente do que qualquer outra época anterior (ENGELS, 2002, p.17).

O novo formato de família aparece com toda sua severidade entre os gregos. O caráter específico impresso na monogamia desde o início é que ela serve somente para a mulher, não para o homem, que acabou sendo privilegiado pela concomitância dessa forma matrimonial junto à existência da escravidão. Na época florescente de Atenas, de acordo com Engels (2002), as jovens e belas cativas pertenciam ao homem de corpo e alma, o que acabou

propagando uma extensa rede de prostituição protegida pelo Estado. Apesar do sequestro e da vigilância a que estavam submetidas, as mulheres gregas encontravam meios frequentes para enganar seus maridos, enquanto estes se divertiam com toda espécie de jogos amorosos que os levaram, inclusive, às práticas de pederastia (ENGELS, 2002, p.18).

A origem da monogamia não é fruto do amor sexual individual, pois os matrimônios se davam por conveniência. Engels (2002) elucida tratar-se da primeira forma de família baseada em condições econômicas e efetivamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Abertamente, os gregos proclamavam a preponderância do homem na família e a concepção incontestável de seus próprios filhos como únicos objetivos da monogamia. Apesar disso, o casamento era uma carga para os homens, que o entendiam como um dever a ser cumprido em devoção aos deuses, ao Estado e aos seus antepassados (ENGELS, 2002, p.18).

O casamento monogâmico não aparece na história como a forma mais elevada de matrimônio, tampouco a reconciliação entre o homem e a mulher. Segundo Engels (2002):

...pelo contrário, surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase "A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos". Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 2002, p.18).

Ao mesmo tempo em que a monogamia foi um grande progresso histórico, ela iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, um período no qual cada evolução é simultaneamente um relativo retrocesso, e o bem-estar e o desenvolvimento de alguns indivíduos se verificam às custas da dor e da repressão de outros. A sociedade civilizada em sua forma celular, o matrimônio monogâmico, expõe a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem o pleno desenvolvimento da própria sociedade. De um lado, como uma "sombra negra" projetada sobre a família, o heterismo, caracterizado por Morgan (apud ENGELS, 2002) como sendo as relações extraconjugais dos homens com mulheres não casadas, mantém a antiga liberdade sexual masculina e promove sua forma mais extrema de heterismo, a prostituição. Por outro lado, de acordo com Engels (2002), a monogamia desenvolve uma segunda contradição, a esposa abandonada faz surgir duas figuras sociais constantes, até então desconhecidas: o previsível amante da mulher e o marido corneado. Os homens haviam vencido as mulheres, mas as vencidas, generosamente, trataram de coroar os vencedores com o adultério. Assim, junto com a instituição da monogamia, surgem o

heterismo e, inevitavelmente, o adultério, proibido e punido rigorosamente (ENGELS, 2002, p.19).

A historiadora Eva Keuls (1993) traz uma visão similar sobre a sociedade grega. Segundo ela, a posição da mulher aproximava-se àquela do escravo. Restrita aos trabalhos manuais e desvalorizada pelo homem livre, que exercia suas potencialidades “fora de casa” no mundo da filosofia, da política e das artes, a mulher gerava, amamentava e criava os filhos, produzindo tudo aquilo diretamente ligado à subsistência do homem: fiação, tecelagem, alimentação e até mesmo tarefas mais árduas como a extração de minerais e a atividade agrícola. De acordo com Keuls, a dominação masculina na sociedade ateniense era algo “naturalizado”. A mulher não recebia nenhuma proteção da lei e estava proibida de usufruir do serviço público, de votar e ter acesso à educação sexual. Para Keuls, na Grécia, predominava o que ela chama de “falocracia”, sistema cultural que significa literalmente o poder do falo, ou seja, a imagem do órgão reprodutor masculino em permanente ereção simbolizando, em uma ampla perspectiva, a dominação dos homens sobre as mulheres na esfera pública, o que abafava qualquer possibilidade de ascensão da mulher nos setores da sociedade (KEULS, 1993, p. 352-354).

Apesar disso, muitas mulheres resistiram aos ditames do falocentrismo e, embora a história do mundo ocidental esteja atrelada aos escritores e filósofos do sexo masculino, em fontes secundárias pode-se descobrir outra realidade. De acordo com a socióloga Riane Eisler (2007), leituras suplementares atestam que uma certa Themistoclea, sacerdotisa em Delfos, ensinou ética a Pitágoras; que a sacerdotisa em Mantinea, Diotima, deu aulas a Sócrates; que líderes de todo o mundo grego iam até Delfos para receber conselhos de uma sacerdotisa chamada Pitonisa sobre as questões sociais e políticas mais relevantes daquele tempo (EISLER, 2007, p.88-89).

A família monogâmica, na forma clássica e rígida que surgiu entre os gregos, se manifestou com características diferentes entre os romanos. Na qualidade de futuros conquistadores do mundo, apesar de menos refinados que os gregos, os romanos tinham um conceito mais amplo sobre as coisas. Conforme Engels (2002) afirma, a mulher romana é mais livre e mais considerada, pois os homens acreditavam que o direito legal de vida e morte que tinham sobre ela significava automaticamente a garantia de fidelidade. Além disso, do mesmo modo que o homem tinha direito de romper o vínculo matrimonial, tinha também a mulher (ENGELS, 2002, p.19).

Independentemente dessa formação matrimonial com regras mais favoráveis às mulheres somente sob alguns aspectos, Alves e Pitanguy (1991) apontam que a desigualdade entre os sexos era legitimada pelo Direito Romano. A orientação masculina da organização

social atribuía todo o poder sobre a mulher, filhos, servos e escravos ao "pai de família". No entanto, as cientistas políticas ressaltam que, ao mesmo tempo em que diversas culturas se esforçavam para garantir a sujeição feminina, a resistência também se transformava em realidade. Em 195 d.C., o Senado Romano se deparou com protestos de mulheres que reivindicavam a utilização de transporte público, privilégio masculino, contra a imposição de locomoverem-se a pé (ALVES; PITANGUY, 1991, p.14).

O filósofo francês, Michel Foucault (1994), também resalta a questão da progressiva interferência legislativa romana sobre a instituição matrimonial. Segundo ele, a famosa lei *de adulteriis* é uma das manifestações desse fenômeno de domínio da autoridade pública sobre a vida íntima, que condenava a mulher casada que mantém relações com outro homem e o homem que mantém relações com a mulher casada, mas ignorava o homem casado que mantém relações com uma mulher não casada (FOUCAULT, 1994, p.80).

Nos primeiros séculos da Idade Média (século V ao XV), as mulheres gozavam de alguns direitos e tinham acesso a quase todas as profissões. A mulher burguesa dispunha da garantia de propriedade e de sucessão, além de poder atuar politicamente nas assembleias, com direito a voto. No desenrolar da "idade das trevas", período medieval marcado pela deterioração cultural e econômica observada na Europa em decorrência da queda do Império Romano, estudos demográficos apontam a predominância do contingente feminino adulto sobre o masculino diante das constantes guerras, das longas viagens e do recolhimento à vida monástica a que os homens estavam sujeitos. Em sua ausência, os negócios da família eram administrados pelas mulheres, que entendiam de contabilidade e legislação para efetuar eficientemente transações comerciais e se defender em juízo. Dessa forma, a maior participação da mulher na esfera pública estava mais ligada à necessidade do que às questões ideológicas. Nesse período, com acesso às corporações de ofício, as mulheres atuavam como aprendizes e, excepcionalmente, em caso de morte do marido, como mestres. No entanto, apesar de receber remuneração inferior, a mulher trabalhadora provocava a hostilidade dos trabalhadores homens, pois eles julgavam que a mão-de-obra feminina no mercado de trabalho rebaixava o nível geral de salários. Assim, em séculos posteriores, elas viriam a perder o direito à instrução profissional, transformando a questão em uma de suas bandeiras de luta (ALVES; PITANGUY, 1991, p.16-18)

No campo da educação, Alves e Pitanguy (1991) apontam registros da presença da mulher nas universidades, embora de forma minoritária, principalmente cursando Medicina e Direito, no século XIV, nas cidades de Frankfurt e Bolonha. Nesse contexto, surgem as primeiras reivindicações voltadas para a inclusão das meninas no ambiente escolar, notadamente masculino, e para a defesa da igualdade entre os sexos (ALVES; PITANGUY, 1991, p.18)

Ainda que a participação feminina na vida social e econômica fosse significativa na Idade Média, a imagem de fragilidade e indolência da mulher que se entretinha com seus bordados à espera de um cavaleiro andante prevalecia devido aos romances de cavalaria, manifestação literária de origem medieval. Assim, a representação simbólica do papel da mulher apresentava defasagem em relação à sua posição concreta na vida cotidiana. A intensa participação feminina no mercado de trabalho durante a Idade Média não redundava em prestígio, posto que o trabalho, as artes e o conhecimento não constituíam valores em si, sequer eram instrumentos de ascensão social, diferentemente do que ocorrerá na época do Renascimento e da Reforma. Nesse período, o poder, determinado pela posse da terra e pela ascendência espiritual, era monopólio da nobreza e do clero (ALVES; PITANGUY, 1991, p.20)

Cabe ressaltar que um obscurantismo essencialmente teológico se abateu sobre as mulheres na perseguição que ficou conhecida como "caça às bruxas", verdadeiro genocídio praticado contra o sexo feminino na Europa e nas Américas, instituído na Idade Média e agravado no século XVI, período renascentista. Embora exista uma contradição interna na Igreja Medieval que oscila entre as figuras femininas de Maria, exaltada, e de Eva, denegrada, é a maldição bíblica desta última que acompanharia a mulher, estigmatizada como a responsável pela expulsão do homem do "paraíso" e considerada a própria fonte carnal de todo o mal. Nesse cenário, o que prevalece no arbítrio eclesiástico da época é o ordenamento e o triunfo do tabu sexual (EISLER, 2007, p.111).

Entre os estímulos para tais perseguições, estava o discurso médico, que acompanhava o discurso religioso; a medicina se estabelece como uma formação acadêmica masculina que advoga a exclusividade do saber e do poder da cura. Assim, torna-se comum a perseguição às parteiras e às curandeiras, estas últimas chamadas de "feiticeiras", acusadas de possuírem poderes mágicos em virtude da prática no trato com ervas. Embora ambas fossem as responsáveis pela saúde da população, representavam uma ameaça à hegemonia da medicina. O sermão dos representantes da Igreja, do mundo científico e até mesmo de alguns intelectuais e humanistas contra o sexo feminino proliferava na época (EISLER, 2007, p.111).

Fundamentalmente masculino, o poder eclesiástico imposto pela Inquisição afasta pouco a pouco a mulher da hierarquia e dos ritos desta instituição religiosa. Àquelas que resistiam e buscavam outras formas de conhecimento e de conforto espiritual caberia arder em chamas, pois estariam possuídas por um espírito maligno que lhes fora transmitido através do sexo, considerado impuro e maléfico. Assim, a acusação mais comum para a perseguição organizada e financiada pela Igreja e pelo Estado contra as mulheres na sociedade medieval relacionava-se à sexualidade das bruxas, pois todo seu poder derivava de sua sexualidade pecaminosa (EISLER, 2007, p.111).

Se durante o feudalismo a mulher tinha seu espaço público garantido, no Renascimento, período compreendido do final do século XIV até o início do século XVII, a posição da mulher na sociedade sofre um retrocesso. A instauração de mudanças econômicas e políticas desestrutura as bases do modo de produção feudal afastando as mulheres das corporações de ofício e repelindo-as de diversas atividades profissionais que antes desempenhavam. O alijamento do labor feminino ocorre na mesma fase em que a categoria trabalho alcança status de instrumento de transformação do mundo pelo ser humano. Embora inoportunamente a desvalorização do trabalho feminino se convertesse em ideologia, as necessidades materiais de sobrevivência exigiam que a mulher enfrentasse o mercado de trabalho se submetendo a salários menores e a jornadas exaustivas - juntamente com os menores de idade (ALVES; PITANGUY, 1991, p.26).

Ao mesmo tempo em que a ideia de trabalho se valoriza, a ciência e a aquisição de conhecimento ganham respeito na sociedade. Nesse momento, a educação da mulher sofre revezes que impossibilitam sua formação profissional e intelectual. Apesar do ensino público e privado se expandir na Europa, a diferença entre escolas masculinas e femininas é muito grande, algo em torno de 4 para 1. A defasagem não se dava apenas em termos quantitativos; qualitativamente, o currículo das meninas priorizava o aprendizado em prendas domésticas e não as preparava para o ensino superior. Sob todos os aspectos, não causa estranhamento que as principais bandeiras de luta das primeiras vozes de contestação ao *status quo* pleiteiem a igualdade entre os sexos nas áreas profissionais e educacionais (ALVES; PITANGUY, 1991, p.27).

Há registros de revoltas por mudanças concretas na organização social na América do final do século XVII. Entretanto, é no século XVIII que se intensifica a participação das massas na esfera política. O nascimento do capitalismo marcado pela aceleração das atividades com manufaturas, pelas formas novas de organização do trabalho e pela expansão do comércio é também impregnado por ideias religiosas de puritanismo e pelo crescente respeito à razão e à ciência. A ideologia liberal é incutida no âmago social afirmando valores de liberdade do cidadão contra o arbítrio do Estado e encontrando sua base material na propriedade privada. Nesse cerne, a luta contra a desigualdade engloba o levante das mulheres, dos negros, dos índios e do homem branco de baixa renda, à mercê da meritocracia (ALVES; PITANGUY, 1991, p.27).

Ainda neste século marcado por revoluções, no entanto, nem mesmo na França, onde as mulheres participavam ativamente do processo revolucionário, os direitos conquistados estendiam-se a elas. Segundo Alves e Pitanguy (1991), datam desta época os primeiros movimentos políticos feministas organizados, cujas reivindicações giravam em torno de mudanças na legislação do casamento, em que o homem obtinha direitos despóticos sobre o

corpo e os bens de sua mulher. Ademais, as mulheres também contestavam a desigualdade no trabalho, na educação e na participação política. Muitas vezes os discursos se valiam do próprio liberalismo para endossar a conveniência dos princípios do "direito natural" aos indivíduos serem estendidos ao sexo feminino, quais sejam, a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. Essa ideia embasa a subversão das mulheres no enfrentamento dos reveses que ocorreriam durante todo o século XIX na sua luta pelo sufrágio (ALVES; PITANGUY, 1991, p.34).

Especificamente, no "Segundo Tratado sobre o Governo Civil", John Locke (1994) enfatiza que o grande e principal objetivo dos homens ao associarem-se em sociedades políticas e aceitarem os ditames estatais reside no fato de, assim, unidos por um "contrato social", poderem preservar a propriedade, entendida pelo filósofo inglês como a própria vida do homem, sua liberdade e sua propriedade, elementos do "direito natural". No tomo da mesma obra, intitulado "Do Poder Paterno", Locke (1994) especifica que o poder sobre os filhos é compartilhado igualmente entre o pai e a mãe. Ambos têm jurisdição sobre os filhos desde o momento que vêm ao mundo e por algum tempo depois até que se libertem das fraldas alcançando um estado racional e uma tal idade de discernimento se tornando homens absolutamente livres, senhores "de sua liberdade natural, sem depender da vontade nem da autoridade de outro homem", portanto, direitos plenamente cabíveis às mulheres (LOCKE, 1994, p.49-55).

Desde a Revolução Industrial, no século XVIII, com o subsequente desenvolvimento tecnológico e o surgimento das máquinas, a mulher vem gradualmente buscando inserção no mercado de trabalho. Segundo Martins (2008), nessa época, a demanda por mão-de-obra feminina atendia às necessidades dos industriais, que se empenhavam em diminuir os custos de produção visando o aumento dos lucros e a acumulação de capital. Tendo em vista que as mulheres se sujeitavam a jornadas de trabalho de 14 a 16 horas por dia, a salários inferiores aos dos homens - para atuar nas mesmas funções - e a condições insalubres, o trabalho feminino tornou-se bastante atrativo para a nova indústria. Além disso, mesmo à mulher trabalhadora ainda compreendia a incumbência das tarefas domésticas, não recebendo nenhum tipo de proteção na fase de gestação ou de amamentação por parte do empregador (MARTINS, 2008, p. 36).

Com a consolidação do capitalismo, a partir do século XIX, a educação de meninos e meninas passou a ser regulada por ingredientes mais igualitários, buscando o desenvolvimento e a realização de suas potencialidades para que ambos fossem inseridos na nova economia de produção e consumo. O próprio sistema educacional básico caminhava na direção de atender aos preceitos capitalistas, reproduzindo, no âmbito escolar, as futuras relações entre os agentes econômicos, como descreve Michel Foucault, em "Vigiar e Punir".

No capítulo “Corpos Dóceis” da obra em questão, o filósofo francês relaciona o sistema educacional ao sistema prisional, devido à similaridade da domesticação dos corpos que ocorre nesses ambientes disciplinadores. Foucault salienta que o corpo dócil é manipulável, modelável, passível de ser treinado, obediente, capaz de responder, tornar-se hábil e multiplicar suas forças. O intuito da dominação sutil é transformar multidões confusas, inúteis ou perigosas em “quadros vivos”, ou seja, em multiplicidades organizadas, afim de manter a “ordem” na sociedade. Essa relação disciplinar imposta sobre a docilidade e a utilidade dos corpos se dá através dos detalhes e de técnicas minuciosas relevantes *“porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo”*, tendendo ao alcance de todo o corpo social. A isso o filósofo denomina a “microfísica do poder”, que vê a disciplina como a anatomia política do detalhe que normatiza e transforma cada indivíduo, homem ou mulher, em uma peça a compor a grande engrenagem do modo de produção capitalista (FOUCAULT, 1998, p.117-142).

Embora a inserção das meninas no ambiente escolar tenha alcançado considerável êxito, ainda havia desigualdades latentes entre os sexos, pois era vetado à mulher o acesso à universidade, direito que viria a ser garantido, a “conta-gotas”, primeiramente nos EUA, depois na Europa e, somente em 1879, no Império de D. Pedro II, no Brasil (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 50).

O sufrágio universal foi uma das grandes lutas que permearam o século XIX. Além de reivindicar melhores condições de trabalho, o operariado também buscava direitos de cidadania, quais sejam, o direito de votar e ser votado sem o critério censitário e a reivindicação de remuneração para cargos do Parlamento, uma vez que, como funcionava, somente os indivíduos que possuíam renda poderiam desempenhá-los. O voto qualificado por renda foi eliminado por reformas legislativas no final do século XIX, representando uma conquista dos homens da classe trabalhadora. O sufrágio feminino foi uma luta longa e específica. Adentrando o século XX, prolongou-se na Inglaterra e Estados Unidos por sete décadas e, no Brasil, por 40 anos, a contar da Constituinte de 1891 (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 42-44).

II – A Revolução Sexual e seus impactos na sociedade contemporânea

As duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) impactaram profundamente no modo com o qual as questões sexuais e familiares viriam a ser tratadas no século XX. A introdução da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho consolidou-se quando os homens foram chamados para os campos de batalha relegando a elas tudo que envolvia os negócios da família. Com a independência da mulher e todo seu engajamento por melhores condições trabalhistas, ocorreram inúmeras mudanças no ambiente produtivo e no

modo de organização do trabalho feminino. Pode-se dizer que, ao final da Segunda Guerra Mundial, as mulheres haviam alcançado formalmente suas reivindicações. Segundo Alves e Pitanguy, poderiam votar e serem votadas, ingressar no sistema educacional e participar do mercado de trabalho, implicando no reconhecimento da cidadania da mulher (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 54).

No entanto, o retorno da força de trabalho masculina, vinda das frentes de batalha, impõe um refluxo nas conquistas femininas ao pretender realocar a mulher no espaço doméstico retirando-a do mercado de trabalho. Em resposta a essa tentativa de retrocesso nas relações entre homem e mulher, no final da década de 40, Simone de Beauvoir, escreve o livro "O Segundo Sexo" e se torna uma voz isolada nesse momento de transição. A filósofa e feminista francesa denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, visando contribuir com uma análise mais acurada das questões relacionadas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história e à educação para desvendar o universo feminino. A autora estuda profundamente os condicionamentos psicológicos que desintegram a mulher de seu próprio sexo, processo pelo qual a alienação torna a figura feminina mero objeto do sujeito, o homem, este altamente identificado com seu sexo através da contínua autoafirmação que ocorre enquanto se socializa. Segundo Beauvoir (1980), os gêneros "masculino" e "feminino" são construções culturais apreendidas através do processo de socialização, que condiciona o homem e a mulher a funções específicas e naturaliza as relações de poder entre os sexos. Assim, para Beauvoir, "ninguém nasce mulher, torna-se mulher" e este é o marco que delinea os fundamentos da reflexão feminista que surgirão a partir da década de 60 (BEAUVOIR, 1980, p.10).

Seguindo a linha de Beauvoir, no final dos anos sessenta, Kate Millet publica o livro "Política Sexual", uma teoria feminista que analisa a evolução histórica da relação entre os sexos, afirmando que o sistema patriarcal é um sistema universal de dominação da mulher presente em diversas culturas e capaz de penetrar nas religiões, nas leis e costumes de todas as sociedades civilizadas. A proposta de análise política da relação entre os sexos aborda as perspectivas ideológicas, biológicas, sociológicas, econômicas, antropológicas e psicológicas da condição feminina no patriarcalismo. A escritora procura apontar as falhas que haviam ocorrido nas revoluções anteriores e que impediram as transformações radicais que pareciam prometer. Assim, Millet (1969) define exatamente o que considera uma revolução sexual de fato:

...antes de mais nada, significa o fim das inibições e tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monogâmico tradicional: a homossexualidade, a ilegitimidade, as relações sexuais pré-matrimoniais e na adolescência. Deste modo, o aspecto negativo no qual a atividade sexual tem sido geralmente envolvida seria necessariamente eliminado, juntamente com o código moral ambivalente e a prostituição. Esta

revolução teria por objetivo estabelecer um princípio único de tolerância, completamente alheio aos sórdidos e alienantes fundamentos econômicos das tradicionais alianças sexuais (MILLET, 1969, p.9-10).

Ainda de acordo com a teórica feminista, uma legítima revolução sexual suprimiria a instituição patriarcal e os estereótipos que recaem em cada um dos sexos. Em termos pragmáticos, os valores humanos a respeito do que denota "masculino" ou "feminino" devem ser reconsiderados. O encorajamento da agressividade como um sinal de virilidade dos homens em contrapartida à passividade feminina, sinônimo de submissão da mulher ao homem, são aspectos inúteis para ambos os sexos. No entanto, tais revisões só poderiam ocorrer causando efeitos drásticos sobre o patriarcado. A mudança do papel desempenhado pelo sexo, tradicionalmente vinculado à procriação, e a independência econômica da mulher poriam fim ao mesmo tempo na autoridade e na estrutura econômica. Além disso, com a emancipação da mulher, o problema do aumento demográfico deixaria de significar um dilema devido à correlação vital entre ambos (MILLET, 1969, p.8).

Para os historiadores Mora e Serrano (2000), o controle da fecundidade não é privilégio das sociedades modernas. Em um momento ou outro, no decorrer dos séculos, se propõe limitar o número de descendentes devido a causas individuais ou sociais. Aristóteles e Platão especialmente elaboraram as primeiras doutrinas que estabeleceram o ideal de uma população reduzida que permitisse o bom funcionamento das instituições democráticas. Em contrapartida, a época da ascensão do cristianismo é marcada por uma virada na correlação existente entre sociedade e natalidade. Servindo como inspiração à bula papal, escritos de São Jerônimo e de Santo Agostinho condenam a contracepção ou a tentativa de provocar esterilidade, transformando a anticoncepção em verdadeiro tabu no ocidente no século XVI. Paralelamente, no mesmo período, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis impõe duras condições à fecundidade. O cirurgião Gabriel Fallopio – descobridor das trompas uterinas – se torna o design do primeiro preservativo de aplicação masculina que consistia em um pedaço de linho sobre o pênis para evitar o contágio da sífilis. No final do século XVIII, surge a grande teoria a favor do controle natalidade, expressa em uma célebre fórmula no livro “Ensaio sobre a População”, do economista inglês Thomas Malthus, que viria a consagrá-lo o pai da demografia: “os alimentos crescem em proporção aritmética e a população cresce em proporção geométrica” (apud DJERASSI, 2000, p.27-37).

Ao longo da história, diversos povos e culturas lançaram mão de métodos contraceptivos basicamente utilizando três grandes estratégias: impondo barreiras à penetração de espermatozoides do útero, valendo-se de tampões, substâncias espermicidas e preservativos ou lavagens vaginais; ingerindo bebidas de ação efêmera que continham princípios ativos contra a fertilidade; e o coito interrompido. A abstinência sexual foi outra

estratégia, mas, apesar de sua finalidade anticoncepcional, só viria a ter alguma eficácia após a descoberta, em 1929, pelos médicos Ojino e Knaus, da existência do ciclo ovulatório. No entanto, a etapa de anticoncepção moderna iniciou-se na Cidade do México em 1951. Com o avanço das pesquisas científicas e com o aumento da necessidade das mulheres por sua emancipação social e econômica, em 15 de outubro de 1951, o jovem químico mexicano Luiz Miramontes, de apenas 20 anos de idade, chegou ao fim dos experimentos que tornariam popular a substância chamada *17-a-ethinyl-19-nortestosterona*. Conhecida por milhões e milhões de mulheres, a pílula anticoncepcional, viria a ocasionar uma revolução nos costumes da sociedade, a partir dos anos 1960, com a comprovação de sua eficácia e permissão para seu uso, até nossos dias (DJERASSI, 2000, p.7-8).

O impulso à revolução sexual ocasionado pela contracepção hormonal oral permitiu à mulher o livre exercício da sua sexualidade sem a penalização de uma gestação não programada. Segundo Kate Millet (1969), um dos mitos favoritos da mentalidade conservadora fundamenta-se, precisamente, em que toda mulher é mãe em potência. Nesse sentido, a pílula é a pedra angular da revolução da condição histórica feminina. A equação existencial imposta pela sociedade patriarcal que identifica a mulher com a progenitora, que servia aos propósitos de excluir o sexo feminino dos circuitos do saber, do poder e, sobretudo, dos circuitos de prazer, não é mais o único destino da mulher a não ser que ela assim escolha. A mulher não é mais a proletária do homem, como atestava em sua época o filósofo Engels ao perceber a mesma disputa que ocorria no setor produtivo entre burguesia e proletariado no interior das famílias (MILLET, 1969, p.90-91).

Os avanços científicos irradiados principalmente pela Europa, além do clima competitivo característico da sociedade norte-americana no século XX, impulsionaram cada vez mais a figura feminina ao mercado de trabalho para complementar a renda familiar e garantir a aquisição dos novos bens de consumo que surgiam a cada dia. Segundo o psicanalista brasileiro, Flávio Gikovate (2010), as facilidades advindas com as inovações tecnológicas tornaram a vida em comum menos necessária já que os prazeres individuais passaram a competir com aqueles que derivavam do convívio. Assim, o individualismo começa a se expandir implicando maior independência das mulheres em relação aos cônjuges e às tarefas domésticas. O aumento gradativo do número de creches e a participação dos avós na formação das crianças tornaram-se necessidades para a mulher inserida no mercado de trabalho (GIKOVATE, 2010, p.52).

Ao mesmo tempo em que ocorriam tais transformações objetivas no ambiente em que vivemos, a psicanálise ganhava espaço e popularidade no imaginário das massas e influenciava de forma significativa as ideias acerca da nossa condição. Segundo Gikovate (2010), o discurso que relacionava o sexo ao “pecado”, frisando apenas seu caráter

reprodutivo, começava a ruir. A partir dos anos 50, as pessoas aprendiam que “o sexo é nosso impulso principal, fonte essencial de prazer e alegria, algo importantíssimo para ser vivido de forma intensa e plena” (GIKOVATE, 2010, p. 63).

Nos anos 60, o erotismo aliou-se à nova mentalidade individualista, dando o primeiro sinal de vida por meio da música popular sensual: o *rock and roll*. As mulheres não mais “acompanhavam” o ritmo do homem ou se destacavam pela leveza com que se permitiam conduzir. Os casais passaram a dançar separados, cada qual a seu modo, expressando-se segundo suas próprias sensações. Era o início dos novos tempos! As relações íntimas nunca mais seriam as mesmas que aquelas de décadas ou séculos anteriores. A pílula anticoncepcional surge como o símbolo máximo dessa grande “revolução dos costumes” que acontecia (GIKOVATE, 2010, p.84).

Segundo o psicanalista Sigmund Freud, “*nossa biologia é nosso destino*”. Sob esse aspecto, a pílula alterou os dois, a biologia e o destino da nossa espécie, dando vida e importância próprias para a sexualidade humana e desvinculando completa e definitivamente o sexo da reprodução. A crença em relação ao sexo, que o vinculava ao “pecado”, sendo a gravidez inoportuna e indesejada um castigo, decresceu e as mulheres passaram a sentir-se mais livres para a atividade sexual. Até mesmo do ponto de vista moral, decorreram rápidas mudanças; antes de valor inestimável, a virgindade feminina deixa de ser importante. Nesse cenário, o homem acabou se assustando com surgimento dessa “nova mulher”, no entanto, viria a entusiasmar-se com o clima erótico reinante a partir da segunda metade dos anos 60 (GIKOVATE, 2010, p.132-136).

Nesse período, para ratificar as novas convicções de que a libertação sexual seria também o caminho para a libertação da humanidade de suas próprias amarras psicossociais, a psicanálise foi de suma importância. Freud (1974), na obra “O Mal-Estar da Civilização”, define como civilização tudo aquilo que difere o homem da vida animal, de tal forma que a civilização englobaria tanto o controle do homem sobre sua natureza como o conjunto de normas que rege os relacionamentos humanos, o que gera no indivíduo um constante mal-estar. Assim, para o bem da sociedade, ele é sacrificado, impedido de desenvolver suas satisfações pulsionais, prejudicando severamente sua vida sexual (FREUD, 1974, p.10-17).

Com otimismo, em outro livro chamado “Além do Princípio do Prazer”, o psicanalista assevera:

O programa de tornar-se feliz, que o princípio do prazer nos impõe não pode ser realizado, contudo, não devemos – na verdade, não podemos – abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra (FREUD, 1996, p. 15).

O psicanalista norte-americano, Wilhelm Reich, um discípulo e depois dissidente de Freud, no livro “Casamento Indissolúvel ou Relação Sexual Duradoura?”, verá a repressão social e cultural dos instintos naturais e da sexualidade do indivíduo como um forte obstáculo ao crescimento. Para ele, esta era a maior fonte de neuroses do homem em todas as fases de sua vida. Atemorizados com a própria sexualidade, a certidão de casamento não seria nada além de uma licença para se ter relações sexuais e uma exigência social de legalização da experiência amorosa. Nesse sentido, é no casamento real, e não no formal, que se constitui o modelo da relação sexual duradoura. A formalidade matrimonial é resultado do compromisso entre interesses econômicos e interesses sexuais, denominada por Reich como casamento compulsivo, indissolúvel. A higiene mental racional responde a uma responsabilidade interior e não imposta do exterior com o fim de dominar ações sociais. As relações amorosas devem ser protegidas, portanto, contra toda e qualquer interferência de interesses econômicos (REICH, s/d, p.7-35).

Os movimentos libertários e contrários às guerras, tomaram essas influências como mote de suas manifestações contra o sistema que aprisionava, até então, os impulsos sexuais: “*Faça amor, não faça guerra!*” era o lema dos movimentos de contracultura iniciados a partir da década de 60. Estudantes politizados, principalmente dos movimentos pacifista e pelos direitos civis, incluindo até mesmo grupos conservadores, arregimentaram plateias cada vez maiores, especialmente nos Estados Unidos. A revolução sexual almejada pelos movimentos de contracultura, deveria caminhar no sentido de nos tornarmos menos agressivos, ambiciosos e competitivos, capazes de uma verdadeira entrega sexual, portanto mais alegres e solidários. (GOFFMAN; JOY, 2007, p.304-305).

Sucesso entre os jovens e influência dos movimentos contraculturais, o filósofo frankfurtiano, Herbert Marcuse, explicita no livro “Eros e a Civilização”, de 1955, as ideias adotadas pelos inquietos ativistas franceses e norte-americanos naquela época de grandes turbulências sociais. Através de um revisionismo crítico dos conceitos psicanalíticos freudianos e neofreudianos, Marcuse (1978) busca melhor compreender os sistemas repressivos culturais utilizados pela sociedade para sua autopreservação. A discussão aborda o problema da sexualidade vinculada às relações de poder, dominação e controle; os imperativos dos meios de comunicação que falseiam a liberdade de expressão; o trabalho alienado pelo sistema capitalista que superexplora a condição humana; e as novas formas de resistência radicalmente contra os valores burgueses. O filósofo exalta a juventude na primeira linha dos que lutam por Eros contra a Morte e contra uma civilização que se esforça para encurtar o “atalho para a morte”, embora detentora de meios capazes de alongar esse percurso. Segundo ele, a necessidade biológica não resulta imediatamente em ação na

sociedade administrada; é necessário que haja uma contra-organização: *"hoje, a luta pela vida, a luta por Eros, é a luta política"* (MARCUSE, 1978, p.22-23).

A luta pela vida descrita por Marcuse (1978) denota a luta contra o sistema opressivo, contra o "princípio da realidade". As restrições perpétuas sobre Eros enfraquecem os instintos vitais e mergulham a civilização numa dialética destrutiva. Por isso, Marcuse, de certa forma, apresenta uma visão pessimista para a mudança social. Segundo ele, o capitalismo já havia desenvolvido habilidades de cooptação e poderia absorver todas as formas revolucionárias. A ausência da liberdade estaria vinculada à intensificação do progresso, devido ao fato da classe operária ter sido totalmente comprada pela riqueza material e submetida a uma lavagem cerebral pelos meios de comunicação. Nesse cerne, o domínio do homem pelo homem cresce em âmbito e eficiência por todo o mundo da civilização industrial. Assim, o filósofo elucida:

O fato do princípio de realidade ter de ser continuamente restabelecido no desenvolvimento do homem indica que o seu triunfo sobre o princípio de prazer jamais é completo e seguro. Na concepção freudiana, a civilização não põe termo, de uma vez por todas, a um "estado natural". O que a civilização domina e reprime - a reclamação do princípio de prazer - continua existindo na própria civilização. O inconsciente retém os objetivos do princípio de prazer derrotado. Rechaçada pela realidade externa ou mesmo incapaz de atingi-la, a força total do princípio de prazer não só sobrevive no inconsciente, mas também afeta, de múltiplas maneiras, a própria realidade que superou o princípio de prazer. O retorno do reprimido compõe a história proibida e subterrânea da civilização (MARCUSE, 1978, p.35).

Ao longo dos últimos 40 anos, as mulheres têm vivido um grande número de contradições e dilemas. Coabitam em suas mentes, os anseios relacionados à maternidade, à busca de independência e sucesso profissionais, que nem sempre se compatibilizam. As saídas por elas encontradas são variadas e não mais estereotipadas pela intermitente sociedade patriarcal. Muitas ainda sonham com o casamento, a maternidade e a vida familiar semelhante à dos nossos ancestrais. Outras mulheres, antes de casarem e terem filhos, o que fazem cada vez mais tardiamente, optam por se dedicar nos primeiros anos da vida adulta ao desenvolvimento de atividades profissionais. Sob esse aspecto, o planejamento familiar é um dos importantes desdobramentos da pílula anticoncepcional – e dos outros recursos que vêm sendo aprimorados em termos de contracepção. O excesso de população do planeta torna a reprodução um prazer individual legítimo e não mais um dever social. Assim, é crescente o número daquelas sem a forte necessidade de ter filhos, buscando nos encontros amorosos um estilo de vida mais aventureiro e descompromissado, sem que sejam apontadas como inferiores ou sintam vergonha por terem dito não à maternidade, o que acontecia até há muito pouco tempo (GIKOVATE, 2010, p.74-81).

De acordo com Gikovate (2010), a pílula anticoncepcional desfez, de forma radical e definitiva, o elo entre o sexo e a reprodução. Ao longo dos anos 70, a expressão da sexualidade como algo legítimo, digno e desprovido dos riscos de gestações não-intencionais ganhou espaço crescente em todas as classes sociais e cantos do planeta. Pela primeira vez, vivia-se plenamente a sensação de uma concreta liberdade pessoal sempre muito vinculada à liberdade sexual. Parecia que as mulheres se interessariam firmemente pelas práticas sexuais desprovidas de expectativas e anseios sentimentais e, embora muitas delas tenham experimentado o sexo sem compromisso, não sentiram a satisfação esperada, uma vez que tentavam se espelhar no que ocorria com os homens (GIKOVATE, 2010, p.95).

Em meio a esse processo pelo qual muitas mulheres já se desinteressavam pelo sexo casual, nos primeiros anos da década de 80, surgiu a AIDS, doença sexualmente transmissível responsável pela desaceleração do ritmo de libertação sexual devido ao medo coletivo derivado do aparecimento de um novo “castigo” relacionado às práticas sexuais indiscriminadas – o que era reforçado pelo fato da doença acometer principalmente gays promíscuos. Deste modo, um aparente retorno conservador foi experimentado, no qual o amor passou a desempenhar um papel de destaque enquanto o sexo começava a ser encarado com reservas. Mais uma vez, a sociedade enfatiza as relações monogâmicas como a melhor forma de vida (GIKOVATE, 2010, p.167-174).

As dificuldades inesperadas, advindas quase todas do individualismo crescente e da pouca capacidade das pessoas para conviverem com as diferenças de opinião e modos de vida, se abateram sobre os relacionamentos íntimos. Segundo Flávio Gikovate (2010), casais que se encantavam pelas diferenças de temperamento, algo aceitável no seio do casamento monogâmico em que o homem mandava e a mulher obedecia, têm vivido maus momentos, o que aumentou consideravelmente o número de divórcios. Nesse cenário, aumenta a tendência a casamentos mais tardios, únicos e baseados em relações onde reinam as afinidades e o amor de fato. Assim, adentramos numa nova fase de libertação sexual, em que homens e mulheres testarão seus limites e suas verdadeiras motivações eróticas (GIKOVATE, 2010, p. 195).

MÉTODO

O método utilizado para a realização da pesquisa baseou-se na análise de obras escritas por Engels, Marcuse e Gikovate, tomadas como fontes primárias. Apoiamo-nos também, como fonte secundária, na análise de historiadores, cientistas políticos e outros filósofos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aquele que deseja pensar com sobriedade sobre a sexualidade, precisa, necessariamente, despojar-se de ideias preconcebidas, algo muito difícil, tendo em vista que o sexo é um dos temas mais regulamentados de nossa história. Ao longo dos tempos, nossos impulsos sexuais sofreram diversos tipos de interferências repressivas, em prol de conveniências nem sempre legítimas. Os tabus sexuais com os quais se depararam os indivíduos na civilização ocidental serviram tanto para o progresso da civilização em relação ao anterior estado de barbárie como para o retrocesso através da opressão de um gênero pelo outro.

Se, por um lado, a psicanálise associou a repressão de instintos vitais à nossa própria conservação, ela também apresentou os caminhos para a libertação de tais amarras. Com o fim das imposições oficiais sobre a vida íntima das pessoas, em que a balança sempre pedia para o lado masculino, muitas mudanças puderam ser preconizadas nos relacionamentos interpessoais, nas relações de trabalho, no aperfeiçoamento intelectual e, principalmente, no modo de lidar com as questões sexuais.

A subversão feminina contra as imposições patriarcais colocou em pé de igualdade ambos os gêneros no que tange nossa própria evolução. A participação ativa da mulher na sociedade em seus diversos âmbitos trouxe a possibilidade de desenvolvimento de relações igualitárias e mais humanas. Com a emancipação feminina, o casamento não acabou como apregoava o discurso do patriarcado. Pelo contrário, com a liberdade advinda em decorrência da revolução sexual, as escolhas pessoais podem, finalmente, levar entre trabalhar, estudar, namorar, casar, procriar ou manter-se solteiro, sem nenhum demérito seja para o homem ou para a mulher, sendo que o matrimônio, neste aspecto, acabou ganhando contornos muito mais sólidos contra os arranjos de conveniência de outrora. Se as pessoas podem exercer suas potencialidades livres de dogmatismos, suas escolhas apresentam um grau de temperança muito maior, porque não se dão às pressas, não pesam sobre elas, assim, as chances de caminharem para uma felicidade duradoura se tornam realmente concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs-se a analisar os impactos causados pela revolução sexual, subsequente à invenção da pílula e à emancipação feminina, até nossos dias. Com efeito, primeiramente, nos valem de estudos socio-históricos que serviram como base para delinear a relação entre os gêneros masculino e feminino na cultura ocidental, de modo a

entendermos os motivos que levaram à libertação sexual e à resultante decomposição dos imperativos da sociedade patriarcal.

A pretensão da livre expressão da sexualidade humana trouxe consigo desdobramentos políticos, igualitários e libertários. Em decorrência da emancipação feminina e da invenção da pílula, a atividade sexual desvinculou-se da atividade reprodutora e o que era o destino irrevogável das mulheres, a maternidade, transformou-se em escolha.

Com ênfase na segunda parte do trabalho, foi demonstrada a importância das teorias psicanalíticas tanto no que tange a compreensão do caráter opressivo das sociedades quanto como fonte de transformação dos costumes durante este percurso que subverteu o modelo de comportamento tradicional concernente à sexualidade humana e aos relacionamentos interpessoais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O Que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo – a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- DJERASSI, C. *Prólogo*. SCHERING AG. **A pílula anticoncepcional: 40 anos de impacto social**. Bogotá, Colômbia: Panamericana e Impressos, 2000.
- EISLER, R. **O Cálice e a Espada: nosso passado, nosso futuro**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- ENGELS, F. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. **Vigiar e Punir. História da violência na prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FREUD, S. **Além do Princípio de Prazer**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1996.
- _____. (1924). **As consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, vol. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1974.
- GIKOVATE, F. **Sexo**. São Paulo: Ed. Summus, 2010.

- GOFFMAN, K.; JOY, D. **Contracultura através dos tempos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- KEULS, Eva. **El Reinado del Falo: Política Sexual en la Antigua Atenas**. Berkeley: University of California Press, 1993.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a População**. Tradução de Antônio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).
- MARCUSE, H. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MILLET, K. **Política Sexual**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1970.
- MORGAN, Lewis Henry. 1877. **Ancient Society**. Com prefácio de Elisabeth Tooker. Tucson: The University of Arizona Press, 1985.
- REICH, W. **Casamento Indissolúvel ou Relação Sexual Duradoura?** São Paulo: Martins Fontes, s/d.

Contatos: elaine_torres@hotmail.com (IC) e angela.rezende@mackenzie.br (Orientadora).